

Prefeitos não vêm verbas e agora cobram

Mais de 50 prefeitos de municípios baianos e mineiros encaminharam à CPI do Orçamento denúncias de desvio de verbas liberadas através de emendas patrocinadas pelos parlamentares que estão sendo investigados. Segundo as denúncias, as verbas foram liberadas mas nunca chegaram a seu destino. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), passou toda a manhã de ontem analisando as denúncias e resolveu encaminhá-las à Procuradoria Geral da República e aos Tribunais de Contas dos estados.

"Esses órgãos vão fazer as investigações e o material pode voltar à CPI, se ficar caracterizada falta de decoro e apropriação indébita desses recursos pelos parlamentares que patrocinaram as emendas", explicou Passarinho.

O senador não chegou a fazer o levantamento da possível vinculação de cada município com os parlamentares investigados, mas a grande concentração das denúncias está nos estados de Minas Gerais e Bahia. Desses dois estados estão sendo investigados por denúncias de fraude, manipulação de verbas e recebimento de propinas, os deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), João Alves (PPR-BA) e Genebaldo Correia (PMDB-BA).

— Nossa grande dificuldade será provar a vinculação dos parlamentares com o desvio desses recursos, já que eles têm



Passarinho encaminhou as denúncias para a Procuradoria Geral

argumentado em seus depoimentos que não podem se responsabilizar pela administração ou aplicação das verbas. Eles dizem que sua atuação nesses casos se resume à apresentação das emendas — observa, pessimista, o presidente da CPI.

Precatória — Passarinho também informou ontem que o ex-secretário de Planejamento Pedro Parente deverá prestar informações à CPI da máfia do orçamento através da carta precatória. Parente foi citado nas denúncias do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos e nos depoimentos dos parlamentares, sobre um acerto do qual teria participado para garantir a aprovação de emendas dos chamados sete anões da Comissão Mista do Orçamento, durante a discussão do Orçamento de 1991. Como se encon-

tra nos Estados Unidos, onde trabalha como consultor técnico do FMI, ele prestará depoimento através da carta precatória.

Hoje estão previstas duas reuniões da CPI do Orçamento: uma, dos membros da mesa, de manhã, e outra do plenário, para deliberar sobre novos pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal, novas convocações e novos procedimentos.

Além da diligência que será feita hoje nas entidades sociais do Rio de Janeiro, outros três parlamentares viajam ao Piauí para investigar denúncias de compra de projetos agropecuários deficitários, financiados pela Sudene, para lavagem de dinheiro ilegal. As denúncias envolvem os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PÉ) e o líder do PPR, deputado José Luiz Maia (PI).